



TRIBUNA DA Magistratura



ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS
ANO IV — São Paulo Maio de 1991 — N: 24

O supremo cargo da magistratura



A ascensão do Ministro Sydney Sanches à presidência do Supremo Tribunal Federal coroa uma vida inteira dedicada ao Poder Judiciário. Ao lado da esposa, dona Eucides, grande incentivadora do seu trabalho, o Min. Sydney Sanches recebeu o abraço de companheiros de muitas e árduas jornadas, entre eles o Desembargador Francis Selwyn Davis, presidente da Associação Paulista de Magistrados. Tudo sobre a posse e as homenagens.

Páginas 8 e 9

ALTERAÇÕES DO CÓDIGO PENAL ESTÃO SENDO DISCUTIDAS

Página 10

Amplio debate promovido pelo Grupo de Estudos de Juizes Criminais da Capital, entre outros problemas altamente relevantes, discute a descriminalização do aborto consentido pela gestante e a fusão dos tipos penais de estupro e atentado violento ao pudor.



**Americana e São Caetano,
identificadas pela boa
qualidade de vida**

páginas 4, 5 e 14

As entrevistas do mês de maio:



Dr. José M. Junqueira



Des. Manoel T. Carvalho



Dr. Ives Gandra S. Martins

Páginas 7, 12, 13 e 16

EDITORIAL

Os Juizes do Interior



FRANCIS SELWYN DAVIS

Disse Calamandrei que não é honesto, quando se fala dos problemas da justiça, refugiar-mo-nos atrás de frase feita, segundo a qual a Magistratura é superior a todas as críticas e a qualquer suspeita. Como se os magistrados fossem criaturas super-humanas, inatingíveis pelas misérias desta terra...

Os Juizes, na verdade, não são pessoas diferenciadas do homem comum. Como este, estão sujeitos a todas as vicissitudes sociais e humanas. Por outro lado, também nunca se consideram, devidamente, as dificuldades de seu ofício, de fazer Justiça, através da aplicação das leis vigentes aos casos concretos; posto que nem sempre as normas jurídicas obrigatórias são as mais justas, dentro do coração de cada um. Além disso, a tarefa de julgar os semelhantes esta cada dia mais difícil, na medida da crescente deterioração, em progressão geométrica, dos valores éticos. Sem se olvidar que, de um modo ou de outro, todos os problemas sociais convergem em busca de uma solução final, na própria Justiça. É a infância abandonada, a juventude transviada, a velhice desamparada. É ainda o narcotráfico envolvente e solapador, a criminalidade violenta e organizada, a corruptora e encarniçada competitividade econômica, e todas as lutas reivindicatórias daqueles menos favorecidos pela fortuna.

Esse o campo de batalha. Af, nesse mundo, é que os magistrados são chamados para dar seu julgamento, sem tribunal nem jornal para defender a sua convicção, sem meios de comunicação para divulgar os fundamentos de suas decisões. Por isso mesmo, em razão dessa ordem de circunstâncias, os Juizes são alvos, muitas vezes, de críticas absolutamente impropriedades, sem nunca serem realçadas, vez ou outra, como cumpria, as virtudes e conseqüências de seus pronunciamentos.

A atividade jurisdicional sempre é desenvolvida em prol da paz social. Destacam-se, nesse delicado mister, os Juizes do

Interior. Nunca foi bastante louvada a ativa e benéfica atuação comunitária desses magistrados. São homens que se constituem em modelos de probidade, conhecidos pela população, que, individualmente, procura prestigiá-los e respeitá-los. Todos, na cidade, sabem onde reside o Juiz. Todos conhecem seu horário de trabalho, seus itinerários de cada dia, seus hábitos, seus costumes. Não tem nem precisa de escoltas. Integra-se na sociedade, a ponto de muitos, para não deixá-la, deixarem de lado suas legítimas aspirações de fazer carreira. Participam de todas as festividades locais, e atividades beneficentes. Compreensíveis e cordiais, trabalham a portas abertas. Representam, em suma, o Poder Judiciário, aquele segmento do Estado que está mais próximo do povo, e do qual destruta de fundada confiança. Quem, ao ser lesionado em seu direito, não brada logo, em alto e bom tom ao seu agressor, que o chamará para prestar contas perante a Justiça?

Só a presença do Juiz na cidade é um fator de tranqüilidade. Dia e noite está a postos, para despachar um "habeas corpus", decretar uma prisão preventiva, ou deferir medida judicial para acautelar algum direito, em caráter de urgência. Só sua pessoa basta para coibir prepotências e evitar eventuais perturbações da ordem. É autoridade que merece respeito e faz-se respeitar.

Quando se escrever a história da interiorização da civilização, em São Paulo, será dado especial relevo à atuação dos magistrados que foram chamados para trabalhar em longínquas e recém-criadas Comarcas, e onde, como verdadeiros vanguardeiros do Direito, conseguiram implantar respeito, ordem e paz. Por outro lado, quando as estradas asfaltadas levam o progresso e o conforto a todos os rincões paulistanos, quantos de nós não suspiram, arrependidos, quando menos, contra a brevidade dos anos passados nas Comarcas do Interior?

Experiência pioneira

No início do mês passado ocorreu uma experiência pioneira em Ribeirão Preto, envolvendo as áreas da magistratura e do ensino do Direito. Consistiu na instalação de uma sessão de julgamento, ao vivo, no interior de uma Faculdade de Direito, permitindo aos seus alunos a obtenção de conhecimentos diretos da forma e procedimento dos processos nos Tribunais.

A promoção, conjunta, foi da Universidade de Ribeirão Preto, do 2º Tribunal de Alçada Civil e da Associação Paulista de Magistrados, na pessoa de seu extremamente dedicado Coordenador Regional, dr. Ricardo Montserrat. Indubitavelmente, a sensibilidade dos juizes integrantes do 2º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo, Dr. José de Mello Junqueira (ex-Presidente), Dr. Boris Padron Kauffmann, Dr. Sérgio Jacintho Guerrieri Rezende e Dr. Antonio Carlos Marcato, indo pessoalmente a Ribeirão Preto para instalar

a referida sessão, foi decisiva para o sucesso da empreitada.

A câmara foi instalada no teatro da Universidade e, antes do início da sessão de julgamento, os juizes Boris Kauffmann e Antonio Carlos Marcato explicaram ao grande número de alunos, os recursos cabíveis das decisões de primeira instância, bem como a ordem dos processos nos Tribunais.

Iniciados os julgamentos, o Dr. Ovidio Rocha Barros Sandoval, juiz aposentado, fez a sustentação oral em Mandado de Segurança, dissertando, inicialmente, sobre a atuação do advogado perante os órgãos de segunda instância.

Diversos juizes da região e professores da Faculdade de Direito de Rib. Preto prestigiaram o acontecimento, ao qual também compareceu, para evidenciar o seu estímulo, o Desembargador Francis Selwyn Davis, Presidente da Apamagis.

Acelerando o Ritmo



As obras da nova Sede Administrativa caminham a passos largos.

Após diversos meses de exaustivas tratativas com várias firmas de engenharia, conduzidas pelo Presidente Francis Selwyn Davis, foram iniciadas, em fins de abril último, as obras de adaptação da sobreloja do Edifício Roger Zmerkhal, sito à rua Tabatinguera 140, futura Sede Administrativa da APAMAGIS.

Nos próximos números da Tribuna

publicaremos reportagens sobre o andamento da obra, que já se acha em ritmo acelerado. Espera-se sua conclusão para fins do mês de agosto próximo, apesar da complexidade dos problemas encontrados no local.

Atualmente, já funciona na nova Sede o Restaurante e Pianos Bar, muito frequentado pelos associados.

TRIBUNA DA
Magistratura

Jornal mensal destinado aos magistrados do Estado de São Paulo.
Supervisor: Dr. Eduardo Pereira Santos, Juiz de Direito. **Jornalista Responsável e Editor:** Milton Parron (MTb 8805). **Redator:** Paulo Capuzzo. **Diagramação:** Fernanda Ameruso. **Fotos:** Márcio Novaes (MTb 20.436).
Conselho Editorial: Juizes Eduardo Pereira Santos, Marco Antonio Marques da Silva, Acilbes BURGARELLI e jornalista Milton Parron.
Redação e administração: Fórum João Mendes Júnior, 20º andar, sala 2.029, telefone 35-0196; telex: 38213, CEP 01501. **Composição, paginação e fotolitos:** Catálogo Artes Gráficas, rua Basílio da Cunha, 891, Acilimação, fone: 63-1486. **Tiragem:** 3 mil exemplares.

Palácio da Justiça: 80 anos de história

Quem atravessa diariamente a Praça da Sé, no ritmo febricitante da metrópole paulista, mal tem tempo para admirar um monumento arquitetônico que, embora erguido pelo homem, transcende os limites da ação e do fazer humanos pelo que representa em termos de símbolo: o Palácio da Justiça, cuja história tem mais de 70 anos.

O Palácio da Justiça surgiu num período de prosperidade, que coincide com o desenvolvimento da indústria paulista. Esta, impulsionada pela expansão cafeeira, estimulava as grandes obras e ao gênio de homens como o engenheiro Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que foi quem projetou e construiu o Palácio da Justiça, a pedido do então Secretário da Justiça e da Segurança Pública do Estado de São Paulo, Washington Luiz Pereira de Souza. Corria o ano de 1911.

O plano previa a construção de edifício para o Tribunal, em imóvel contido no quadrilátero formado pelas ruas Onze de Agosto, do Teatro, Anita Garibaldi e Travessa do Quartel. Na época, o Tribunal de Justiça funcionava no prédio de número 13, da rua José Bonifácio, depois de, errante, ter desenvolvido seus trabalhos na Rua Boa Vista onde foi inicialmente instalado, rua do Imperador, Rua de São Gonçalo e Rua da Caixa d'Água, tendo, posteriormente, sido transferido para a rua Brigadeiro Tobias, número 93, antigo número 81, ali ficando até a data da inauguração na Praça da Sé, onde permanece até hoje.

O engenheiro Ramos de Azevedo trabalhou, incansavelmente, durante os nove anos que antecederam o lançamento da pedra fundamental, o que se deu em 24 de fevereiro de 1920.

Era, então, Presidente do Estado, Altino Arantes, e seu Secretário da Justiça, Ulasdilaу Herculano de Freitas. Durante a solenidade, houve o depó-



Projetado em 1911 pelo engº Ramos de Azevedo, o Palácio da Justiça ficou pronto em 1932. A primeira sessão solene ocorreu no dia 2 de janeiro de 33.

sito de documentos, jornais e periódicos, moedas e objetos que marcaram a passagem desse significativo momento para a história da Justiça Brasileira.

Em 12 de março de 1920, um decreto abria crédito de 500.000\$000, destinado ao início das obras, que deveriam ser custeadas pela taxa judiciária. O total das despesas realizadas foi de, aproximadamente, 23.000.000\$000.

Durante treze anos perduraram os trabalhos de edificação, realizados por operários que, em sua maioria, eram imigrantes italianos e espanhóis, vindos ao Brasil e, especificamente, a São Paulo, atraídos pela industrialização que se desenvolvia em função da expansão cafeeira.

Essa concentração de riqueza e opulência delineou a própria concepção do

Palácio da Justiça. Só para se ter uma idéia, o mármore de Carrara importado da Itália para adornar partes do edifício custou 118.372\$000. Da mesma forma que o mármore amarelo, empregado nas balustradas, demandou uma verba, na época, de 96.236\$300.

Nem o falecimento do engenheiro Ramos de Azevedo, no dia 12 de junho de 1928, seria motivo suficientemente forte para impedir a continuidade do gigantesco projeto. Nessa ocasião, o Fórum Criminal e as dependências próprias para o júri já haviam sido instalados. De fato, no dia 15 de abril de 1927 era realizada a primeira sessão do júri no novo prédio, presidida pelo Juiz Abeilard de Almeida Pires. Coube ao Juiz Substituto da 2ª Vara de Órfãos, Jonatas Fernandes, realizar a primeira

audiência no Palácio, a 10 de dezembro de 1928.

Cinco anos depois, era inaugurado o Palácio da Justiça. O país vivia, então, uma situação política instável. A Revolução Constitucionalista ainda estava presente na memória de todos os brasileiros, cujos destinos estavam entregues, na época, aos fluxos e refluxos da ditadura Vargas.

Nada disso impediu, porém, que em fins de dezembro de 1932, o Tribunal de Justiça de São Paulo fosse transferido, definitivamente, para sua nova casa. Na época, era Presidente da Corte o Ministro Manuel da Costa Manso, que hoje empresta seu nome ao Salão Nobre, onde se realizam as Sessões Plenárias do TJ. A primeira sessão solene realizou-se a 2 de janeiro de 1933. A história completava seu ciclo.

A Feijoada mais “light” de S. Paulo

Você conhece algum prato mais saboroso que uma suculenta feijoada light, aquela que traz todos os pertences, mas com pouquíssimo teor de gordura? Dá água na boca só de pensar no arroz bem solto, branquinho, acompanhado da couve tronçada, picada fininha, daquele jeito que só a mãe da gente é capaz de fazer. Uma caipirinha esperta antes e uma cervejinha durante, já pensou?

Diz a sabedoria mineira que “deste mundo só se leva o que se come e o que se bebe”. Pode até não ter fundamento na sua essência mas, aqui entre nós, uma feijoada aos sábados cai bem não é mesmo? E se for degustada num ambiente familiar, sem ser na casa da gente porque dá muito trabalho, num lugar bonito, arejado, com

vista panorâmica, com cheirinho de relva ao invés de fumaça, com garçons educados e sempre atentos para que nada falte à nossa mesa e a precinhos irrisórios, que tal? É uma boa!

É uma pena que nem todos os associados da Apamagis conheçam a fantástica feijoada servida no restaurante da Sede Social da rua Dom Diniz, 29. Todos os sábados, das 13 às 15 horas, para sócios e convidados, você poderá comprovar a qualidade de uma feijoada que já está ganhando foro (desculpe o hábito) de nobreza além das fronteiras da Associação.

O restaurante da Sede Social serve almoço apenas aos sábados e domingos, esmerando-se cada vez mais no atendimento, sob a coordenação de dona Renata Skaf. 12 gar-



çons comandados pelo “maitre” Rezende garantem um serviço impecável.

O detalhe importante em toda essa estória é a variedade enorme do cardápio. Não seja, portanto, pela feijoada a desculpa para não almoçar no restaurante da Sede Social Dom Diniz. Filé de várias maneiras, frango grelhado, peixe e, se preferir, o trivial caseiro, também são algumas opções, além de uma mesa com saladas diversas.

No domingo, no mesmo horário, a exceção do serviço se repete, mudando ape-



nas o cardápio, com destaque para o buffet internacional constituído de pratos frios e pratos quentes aquecidos à mesa.

É bom ressaltar que o Bar Inglês funciona todos os sábados e domingos, anexo ao restaurante, em horário bem mais elástico.

Que tal, já neste final de semana, comprovar a qualidade do restaurante da Sede Dom Diniz? Se preferir fazer reserva antes, ou encomendar um serviço especial, use o telefone 575-5399.

Americana, a Capital dos tecidos



Americana, sede da 53ª Circunscrição Judiciária e sede da Comarca onde estão situados os municípios de Nova Odessa (Foro Distrital), Santa Bárbara D'Oeste e Sumaré, continua crescendo em ritmo vertiginoso. Hoje já beira os 200 mil habitantes, dos quais, pouco mais de 97 mil são eleitores.

Apenas 120 quilômetros separam Americana da Capital através das vias Anhanguera e Bandeirantes ou, de trem, pela Fepasa. Na indústria está o maior potencial do município, que praticamente não tem população rural. Ele é muito pequeno e as suas fronteiras urbanas já se interligam com a cidade de Santa Bárbara D'Oeste. Mas é um município rico, cuja renda "per capita" é uma das maiores do Brasil, com um nível de vida considerado excelente.

FIDAM é a sigla de uma feira têxtil realizada há muitos anos em Americana, sendo conhecida até no exterior. Hoje ela não se destina mais ao público de forma geral e sim à indústria de confecções. Para se ter idéia da importância do setor têxtil para a vida da cidade, basta dizer que em Americana estão situadas mais de 400 tecelagens de todos os portes, além de 150 confecções. São tantas que, em função delas, foi criada a Faculdade de Tecnologia Têxtil, uma das pouquíssimas existentes nas Américas. Americana é um bom lugar para se viver.

As autoridades municipais se preocupam tanto com o bem-estar dos moradores de Americana que, além da polícia civil, da polícia militar e da guarda

municipal, criada há poucos anos, implantaram nas saídas estratégicas da cidade um sistema de cancelas fiscalizadas pelos patrulheiros municipais. A margem a constitucionalidade ou não dessa medida, a verdade é que os resultados têm sido muito bons no entender da população. Os crimes em Americana são os triviais furtos, lesões corporais leves e, muito raramente, algum crime acompanhado de violência.

No final do século passado Americana era conhecida como Vila dos Americanos por causa dos colonos vindos dos EUA que compraram lotes de terra na região. O primeiro núcleo habitacional surgiu com o acampamento dos construtores da estação da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, em 1873. A expansão ferroviária deu origem à cidade.

Bem mais tarde Americana construiu seu aeroporto que, embora não sendo pavimentado, é, hoje, um dos mais movimentados do Estado na área da aviação desportiva. Constantemente o céu, naquela área, está coberto de trikes (asa delta motorizada), giroscópteros, balões, aviões acrobáticos, paraquedistas e lindos ultraleves que proporcionam aos visitantes vôos turísticos absolutamente inesquecíveis.

Nas ondas do rádio

O programa era transmitido pela rádio Transmissora de Serra Negra em fins dos anos 50. Deveria ir ao ar de segunda a sábado, às 14 horas, mas, com uma britânica precisão brasileira, só entrava, quando não atrasava, às dez para as duas ou, quando atrasava, às duas e dez. Os ouvintes nem ligavam e já estavam até acostumados a ficar não na escuta, mas na preita, do início do programa, só para ouvir o jovem e promissor apresentador.

— ZYR-209, rádio Transmissora, a voz da Cidade Saúde. Atenção brotinhos! Vamos ouvir o novo sucesso de Chubby Checker, Let's Twist Again. Só aqui você tem os lançamentos quentíssimos do Hit Parade internacional...

Era uma festa, curtida alegremente pela geração rebelde daqueles anos dourados. O disque jóquei, Iguatemi Filho, esperto, descobriu uma fórmula infalível de fazer sucesso no rádio: muita música, hora certa, informações locais e abraços de aniversário. Piques e hurras até demais.

Os amigos, os ouvintes e, principalmente os familiares, tinham certeza de que o destino de Iguatemi Filho já estava traçado e a rota do sucesso garantida. Mais cedo ou mais tarde ele estaria numa grande rádio da Capital. Mas não foi assim.

Filho de um tabelião, Iguatemi costumava ir com o pai, desde menino, ao fórum. Foi assim que conheceu, garotinho ainda, o Juiz de Direito de São Pedro, Luiz Gonzaga de Arruda Campos, o qual passou a simbolizar quase tudo em sua vida. Era o seu D. Quixote, o Sancho, o moinho de vento e, de quebra, o próprio Miguel de Cervantes. O dr. Arruda Campos era daquelas pessoas que a gente sonha um dia poder ser igual. Para o menino Iguatemi, o juiz era um ídolo, um semi-deus, um... paradigma. Isso mesmo! Um paradigma.

pedir para resolvê-los para mim. Mas isso é exatamente o que faz o Juiz de Direito, uma pessoa diferenciada das demais, essa sua capacidade de absorção dos próprios dilemas, em favor de uma postura serena para solucionar os problemas dos outros. A magistratura é altamente gratificante por tudo isso. Eu gosto de solucionar problemas!

Nessas condições, o dr. Iguatemi deve estar satisfeito, porque tem pelo menos 2.500 para resolver neste momento. Esse é o número de processos tramitando por sua Vara, a maioria relacionada com furtos e lesões corporais.



Dr. Iguatemi de Castro Filho, Diretor do Fórum de Americana.

Em função desse sonho de menino o adolescente Iguatemi, promissor homem do rádio, abandonou não só o programa como deixou o rádio de lado. Trocou a comunicação pelo direito e, mais tarde, a advocacia pela magistratura.

Hoje, o ex-radialista Iguatemi Filho é o Juiz Titular da 2ª Vara Criminal, Juiz Eleitoral, Juiz da Infância e da Juventude, Corregedor do Cartório Distribuidor e Diretor do Fórum de Americana, dr. Iguatemi de Castro Filho.

Antes de vir para a magistratura "muita água rolou por debaixo da ponte", como afirma. Morou bastante tempo distante da sua Limeira natal, incluindo, nessas distâncias, Brasília e Roma. Na Itália ficou três anos, fazendo um Curso de Aperfeiçoamento em Direito Processual, ganho através de uma bolsa de estudos. Foi durante 12 anos alto funcionário do INCRA, tendo chefiado, inclusive, uma Procuradoria que cuidava do contencioso daquele Instituto.

Falta de espaço, o grande problema

Há 3 anos está em Americana e, por essas obras do destino, tendo como colega, entre outros, o juiz Pedro Ivo de Arruda Campos, que é filho do juiz lá de São Pedro cuja conduta de vida sempre norteou os seus passos. Já tendo completado 34 anos de serviço público, o dr. Iguatemi ainda não pensa em se aposentar.

— Eu me sinto plenamente realizado, não obstante a carga de serviço, não obstante os problemas diários, não obstante ter de resolver todos os dias os problemas dos outros estando, muitas vezes, com problemas pessoais bem mais graves e sem saber como e a quem

"Aliás — conta o dr. Iguatemi — nos períodos de instabilidade econômica do País é que se percebe o aumento dos furtos. Crise econômica causa desemprego e desemprego gera furtos e outros delitos. Neste momento a coisa está feia".

Dia desses um cidadão foi preso em Americana furtando um pacote de cigarros. Por não ter antecedentes e como nenhum fato sugerisse outra medida, o dr. Iguatemi chamou o cidadão à sua presença e disse que ia lhe dar a liberdade. "Sabe o que aconteceu? — indaga o juiz — o acusado, dizendo ser analfabeto e ter sido despedido de um sítio onde trabalhava porque o patrão não tinha mais dinheiro para lhe pagar o salário, suplicou para que eu o mantivesse preso. Na cadeia pelo menos não passo fome doutor! Essas coisas tiram o sono da gente, mas encontrar as soluções é um desafio que acaba gratificando tudo".

Hoje, o dr. Iguatemi dirige a parte administrativa do fórum onde trabalham 179 funcionários. Sua queixa é a mesma dos demais juizes, ou seja, falta de espaço. "Este prédio foi construído para abrigar 3 Varas, e já temos 5". Realmente, o aperto é geral, a ponto de obrigar os oficiais de justiça a permanecerem nos corredores. Nem sequer a comunicabilidade entre as testemunhas pode ser mantida sem causar um tremendo desconforto, como explica o dr. Iguatemi:

— Uma parte das testemunhas intimadas pelo juiz de uma vara, fica misturada com parte das testemunhas intimadas pelo juiz da outra vara. E uma confusão por esses corredores que ninguém imagina. Um tal de testemunha entrar em sala de audiência errada que não acaba nunca. Mas afora o problema de espaço, está tudo bem por aqui!



Os bloqueios em pontos estratégicos estão diminuindo a criminalidade.

Espaço... artigo raro



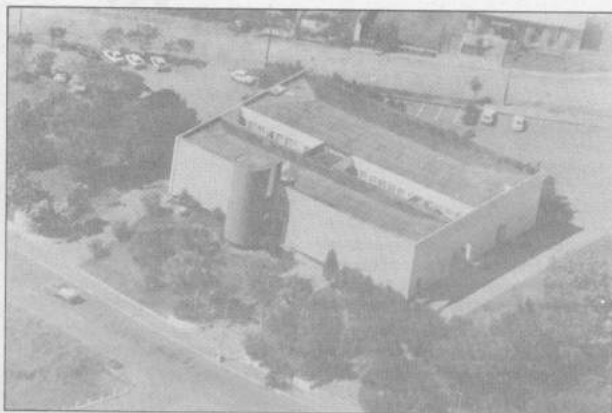
O Coordenador da Apamagis na região de Americana é o Juiz Geraldo de Abreu Demarchi. Titular da 1ª Vara Cível e Corregedor do Registro de Imóveis e do 1º Tabelionato daquela cidade. Desde maio de 1967 ele judica na Comarca, razão pela qual se sente muito à vontade quando afirma que vai se aposentar por lá mesmo. Formado há 32 anos pela São Francisco e Juiz de Direito há 30, o dr. Geraldo só tem elogios para Americana: "Realmente, a vida aqui é bem mais sossegada do que na Capital. É verdade que o custo de vida se equivale, mas as condições em que se vive são extremamente mais humanas em nossa cidade."

O movimento forense, porém, não é diferente de qualquer outra Comarca. Na 1ª Vara Cível o dr. Geraldo tem hoje perto de 2.500 feitos em andamento. É a média, também, da 2ª Vara Cível. Apenas na 3ª Vara Cível o movimento é um pouco menor, por ter sido ela criada mais recentemente. Além das 3 Varas Cíveis, Americana tem um Anexo Fiscal onde existem no momento perto de 2.500 processos divididos pelos três juizes Cíveis. Comarca de 3ª Entrância, Americana tem 5 Varas, sendo 2 criminais e 3 cíveis. Dos dois cargos para Juizes Substitutos, somente um está preenchido, pelo dr. Sérgio Luiz Bueno, designado atualmente para Sumaré.

O cartório da 1ª Vara Cível tem 19 funcionários espremidos em espaços muito exíguos. Aliás, falta de espaço, é o ponto destoante no bonito, movimentado, e imaculadamente limpo fórum de Americana. Nos moldes do padrão estabelecido nos anos 50, o prédio foi construído no início da década de 70. Segundo afirma o dr. Geraldo Demarchi, hoje o edifício não tem espaço para oferecer o mínimo de conforto e funcionalidade. Como a cidade já reclama pela 6ª Vara, certamente a falta de lugar para abrigá-la será o maior obstáculo para a sua conquista. Para o dr.



Juiz Ge. aldo de Abreu Demarchi



Acima o Fórum de Americana fotografado de um ultraleve. Ele é pequeno por fora e por dentro (abaixo) também. O público fica espremido.



Geraldo, essa é a reivindicação mais urgente que Americana tem a fazer: — A ampliação do nosso fórum é uma aspiração bem antiga. Já estamos tratando desse assunto há anos e até agora não conseguimos absolutamente nada de concreto a não ser promessas, especialmente dos deputados aqui da região. Por enquanto estamos no terreno das promessas.

Otimismo, um ótimo remédio

Gastão Hilst Neto, juiz da 2ª Vara Cível de Americana, vem realizando uma média de 7 audiências diárias para evitar o represamento dos 2.500 processos que, em média, tramitam por sua vara. Otimista incorrigível, considera que o excesso de serviço se combate com o excesso de trabalho e ponto final. "Ficar reclamando da vida nunca foi solução para problema algum. O negócio é trabalhar".
Acumulando as funções de Corregedor do Cartório de Registro Civil e do Cartório do 2º Tabelionato de Americana, o dr. Hilst conta com o trabalho de 19 dedicados funcionários, aos quais procura incentivar com a sua filosofia de que "só o trabalho supera as dificuldades".

Natural de Jauá, casado e com dois filhos, o dr. Hilst é louco por pescaria. Só que o Piracicaba, que passa pertinho de Americana, vive apenas das lem-

branças. "A irresponsabilidade do homem infelizmente matou esse lindo rio que já foi um dos mais piscosos do Estado". Hoje não tem nem lagoa pra se pescar porque a praia Azul, pertinho de Americana, também não dá peixe. Mas existem muitas alternativas para o juiz preencher o tempo em Americana, nos finais de semana, conforme explica o dr. Gastão Hilst:

— Uma ótima sugestão, por exemplo, é ficar em casa estudando processos; há ainda, a alternativa de apenas sentenciar. Aos domingos, pela manhã, recomendo uma leitura atenta de sentenças prolatadas que firmaram jurisprudência. Para um final de noite creio que um belo programa é organizar a pauta da semana — prossegue, rindo muito. Brincadeiras à parte, a culpa não é da cidade se nós juizes não fazemos outra coisa a não ser ficar debruçados sobre pilhas de processos. Americana é uma belíssima cidade, com muitas diversões e muitos atrativos sociais. Eu, particularmente, é que não tenho tempo nem muita disposição para desfrutá-los. De pescaria eu gosto, mas "cadê tempo e cadê o danado do peixe?"

Ações de execução, ações de reparação de danos por acidentes de trânsito, ações na área de locação e de família constituem e essência do movimento na 2ª Vara Cível, sendo, aliás, os feitos predominantes na área da Justiça Cível de Americana.

Habitação, o drama dos juizes

Muito cordial no trato, não é difícil o acesso ao juiz Pedro Ivo de Arruda Campos, desde que seja estabelecido um acordo: nada de fotos. Filho do Juiz de Direito dr. Luiz Gonzaga de Arruda Campos, já aposentado, o dr. Pedro Ivo é formado pelo Mackenzie, e só depois de 11 anos de advocacia resolveu prestar concurso para a magistratura.

Hoje, ele é Titular da 3ª Vara Cível de Americana e, aparentemente, o juiz com menos trabalho. No dia 23 de abril, apenas 1.153 processos corriam por aquela vara. Mas é uma falsa idéia já que ele acumula as funções de Corregedor Permanente do Anexo Fiscal onde existem, nada menos, que 3.500 processos em andamento.

Os juizes em Americana não têm residência oferecida pelo Estado ou pelo Poder Judiciário. Habitação é um problema em Americana:

— Como cidadão — diz o dr. Pedro Ivo — posso assegurar que é com dificuldade que conseguimos uma casa para alugar. Os preços são muito altos e os imóveis disponíveis são poucos. E como juiz reafirmo esse mesmo ponto de vista, baseado no volume de processos que tenho comigo. A maioria refere-se a consignações de pagamento decorrentes de aluguel e ações de despejo. O problema habitacional é sério nesta região.

Os júris de Americana

O Juiz da 1ª Vara Criminal, acumulando as funções de presidente do Júri, Corregedor da Cadeia e da Polícia Judiciária e, ainda, a Execução de Penas, é o dr. Luiz Antonio Coelho Mendes. Quando a *TM* esteve em Americana ele presidia a um júri sendo, portanto, impossível entrevistá-lo.

Na Comarca são realizados de 10 a 12 júris por ano, a maioria de longa duração. As sessões muitas vezes atravessam a noite, não podendo ser interrompidas por falta de um local onde se possa improvisar um dormitório para os jurados. Felizmente são poucos os crimes previstos para julgamento através do júri. O furto e as lesões corporais de natureza leve são os delitos que ocorrem com maior frequência na área da Justiça Criminal local.



Dr. Gastão Hilst Neto



Dezenas de amigos homenagearam o Desembargador Francis Selwyn Davis pelo transcurso de seu aniversário, oferecendo-lhe um jantar no restaurante Esplanada Grill.

Na ocasião, falando em nome dos magistrados usaram da palavra o Desembargador José Alberto Weiss de Andrade e o Juiz Antonio Carlos Mathias Coltro. Ambos enalteceram as qualidades do Des. Davis, não apenas como bom colega e bom chefe mas, também, por suas qualidades de lutador incansável pelo

respeito às prerrogativas da magistratura.

Exaltaram, ainda, o coração generoso, sem sacrifício da austeridade, que norteia sua vida e seu trabalho, o mesmo exigindo daqueles que o cercam.

Ao final, emocionado, o Des. Francis Davis agradeceu o carinho que lhe dispensavam antigos e novos amigos, ali reunidos. E, mais uma vez, como tem feito desde que ingressou na magistratura, encareceu a todos a necessidade da união dos magistrados. "É pela união que se obtém as grandes conquistas, que se lavra as mais expressivas vitórias. Só através dela cumprimos fielmente o desiderato a que nos propuemos ao abraçar esta nobre carreira. É o que espero de todos; a união".

Pres. Davis homenageado por sua Diretoria



Desembargadores e Juizes na carinhosa homenagem ao Presidente Davis

O DEPARTAMENTO FEMININO INFORMA:

FESTA JUNINA

A partir das 19 horas do próximo dia 15 (sábado), na Sede Social da rua Dom Diniz, o Departamento Feminino da Apamagis estará realizando a sua tradicional Festa Junina. Aqueles que participaram dessa festa no último ano, não regatearam elogios. "E este ano", promete dona Eliana Rezende, esposa do 1º vice-Presidente da Apamagis, dr. Sergio Jacintho Guerrieri Rezende, "a festa será mais grandiosa. Todas as colegas que atuam em nosso Departamento estão se esmerando na preparação das brincadeiras, dos comes e bebes e das atrações."

Além do churrasco, das barraquinhas de prendas e sorteios, da pipoca e do queijão gostoso, este ano haverá show com conjunto seranço, pôneis para as crianças, e um atrativo muito especial: o boi mecânico. Experimente montá-lo!

A Festa Junina do próximo dia 15 destina-se aos associados da Apamagis e seus parentes próximos. Não deixe de ir para não se arrepender depois.

BUTIQUE

A nossa boutique já está recebendo as mais recentes novidades para este inverno com preços, paradoxalmente, quentíssimos. Tudo isso sem falar nas facilidades de pagamento. A cada semana o estoque se renova. Artigos das grifes mais famosas, para crianças e adultos, homens e mulheres, estão sendo vendidos a preços sem competição.

Qualidade, bons preços, novidades e atendimento absolutamente requi-

tado. Tudo isso você encontra na Boutique Apamagis. Confira!

CURSO DE GINÁSTICA

Se você tem encontrado dificuldades pra eliminar aquelas gordurinhas a mais, aproveite para acertar a forma física de maneira gostosa e sadia, sem o martírio dos regimes de fome ou força bruta. Todos os sábados, das 10 às 11 horas, na Sede Social da rua Dom Diniz, o Departamento Feminino está realizando um Curso de Ginástica para homens e mulheres. Trata-se de ginástica localizada, uma maneira divertida de manter a forma física. Orientação de professora renomada. Inscreva-se hoje mesmo. Ligue 575-5399 e fale com Dona Izolda.

CURSO DE IDIOMAS

Uma outra promoção do Departamento Feminino da Apamagis que está obtendo enorme sucesso é o Curso de Idiomas para juizes, suas esposas e filhos. Criado recentemente o Curso já tem 4 grupos de inglês em andamento, 2 grupos de francês que serão iniciados muito em breve o mesmo ocorrendo em relação ao italiano.

Preocupado com as crianças, o Departamento Feminino organizou um grupo com aulas às terças feiras, as 8 horas da manhã. Este grupo destina-se a crianças com até 15 anos.

Informações mais detalhadas sobre o Curso de Idiomas da Apamagis devem ser solicitadas a Dona Izolda, pelo telefone 575-5399, Sede Social Dom Diniz.

Nova apresentação de Charles Franz na Apamagis

No próximo dia 7 de junho, às 20h30, acontecerá na Sede Social da rua Dom Diniz, 29, um evento que tem tudo para agradar aos amantes da arte e da cultura. O professor Charles Franz, mestre da improvisação, estará se apresentando em um concerto que promete repetir o mesmo sucesso alcançado no ano passado, quando ele realizou um memorável espetáculo para os associados da Apamagis.

Alemão nascido em Berlim, o professor Charles Franz brindará o público com um concerto dividido em duas partes. Na primeira, exibindo sua virtuosidade e versatilidade, executará, no estilo dos grandes compositores, peças populares escolhidas pela

plateia. Na segunda parte, e ainda de acordo com o que o público pedir, interpretará obras populares, mas agora dentro de seu próprio estilo, que mistura em altas doses, e como nenhum outro, técnica e emoção refinadas.

O professor Charles Franz tem renome internacional, tendo se apresentado, sempre com muito sucesso, em alguns dos mais famosos teatros do mundo, em função do que conquistou o respeito de mestres de diversos países.

Após a apresentação do professor Franz, haverá um coquetel oferecido a todos os presentes. Um programa, enfim, imperdível e - o que é ainda melhor - gratuito.

Este é Adalon, o nosso escultor

Falar de Adauto Alonso Suannes será, certamente, discorrer do Presidente da Associação Brasileira de Juristas Democratas ou do membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP, se nos ativermos ao advogado. Talvez comentar os acórdãos que, como juiz do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, já traziam muito do "Direito Alternativo", antes da expressão ter sido popularizada.

Se nos situarmos na pessoa de Adalon, entretanto, falaremos do poeta, do contista, do "designer" (é de sua autoria o bonito logotipo da Apamagis), do compositor de música popular, do pintor ou, como no caso presente, do escultor.

É lugar comum dizer-se que o escultor retira do material bruto aquilo que estava guardado lá. Se isso valia para os artistas preocupados em desbastar o material, artistas como Adalon, mercê das diferentes técnicas empregadas (que, ao final, terminam imortalizadas em bronze), tem algo mais que precisa ser dito: suas peças são expressões poéticas, de um conteúdo desafiador, que nos tinge a visão, em um primeiro momento, convidando ao tato logo em seguida. O envolvimento emocional que a simplicidade de linhas provoca liga-se, inegavelmente,



A escultura premiada do artista Adalon

mente, ao paradoxo dos "hai-cais": tanto em tão pouco!

Recordando Henry Moore, o maior escultor inglês deste século, toda escultura é uma viagem. Há uma primeira impressão. Há o contato. Há o tato. Há o desafio, que ora luta com o racional, ora com o emocional. E há a ligação entre a obra e o espectador. Revê-la é refazer a mesma viagem. Que já não será, certamente, a mesma.

Peixes, grávidas, totens. Símbolos, arquetípos, o homem, a vida.

A poesia que se materializa. Já tendo participado de inúmeras exposições, premiado em muitas delas, o antigo Juiz de Direito Adauto Suannes, que se assina artisticamente Adalon, está expondo suas obras na Sede Social Apamagis, na rua Dom Diniz n.º 29. Vá conhecê-las!

2º TAC, um Tribunal inovador

Se todos os títulos e cargos importantes exercidos na magistratura pelo Dr. José de Mello Junqueira fossem alinhados nesta matéria, certamente o espaço não seria suficiente.

Juiz do 2º TAC, Tribunal que ele presidiu no biênio 89/90, professor da Faculdade de Direito de Sorocaba, Diretor da Apamagis e da Federação Latino-Americana de Magistrados, ainda consegue tempo para proferir palestras em Faculdades, na Escola Superior de Magistratura e nos Encontros Regionais de Magistrados.

Os dois anos em que presidiu o 2º TAC foram extremamente profícuos em realizações e conquistas, cujos frutos começam a ser colhidos com fartura. Nesta entrevista, ele expõe com muita franqueza alguns pontos de vista, a começar por uma questão muito polêmica: extinção dos Tribunais de Alçada. **Como o senhor vê essa discussão?**

R — Na verdade, se examinarmos a existência dos Tribunais de Alçada dentro da estrutura do Poder Judiciário, não teriam eles mais razão de ser, porquanto a competência recursal dos órgãos de segundo grau não é mais atribuída em razão da alçada, do valor da causa e sim em razão de uma mera divisão de matérias, o que inadmitiria Tribunais inferiores, pendentes, ainda, seus juízes de promoção, a critério do Tribunal superior. Isto no entanto, na prática, nada influi na estrutura do Judiciário nos Estados, dado o excelente resultado desses Tribunais: operosos, menores e de mais fácil administração. Tendo em vista o aspecto **resultado**, é evidente que sou contra a extinção dos Tribunais de Alçada.

TM — Dizem que os Tribunais de Alçada estão em melhores condições que o próprio Tribunal de Justiça. Se verdadeira, a que se atribuir essa desigualdade?

R — Realmente os Tribunais de Alçada, hoje, tem uma administração mais ágil, mais avançada. Isto se deve ao fato de terem um número menor de funcionários e juízes e, também, ao fato de serem mais arrojados em suas inova-



Dr. José de M. Junqueira modernizou o 2º TAC

ções e reformas. Veja, por exemplo, o Segundo Tribunal de Alçada Civil, cuja administração é modelar e vive permanentemente preocupada com a modernidade. Os nossos acórdãos são expedidos na própria sessão de julgamento e ali assinados, possibilitando a sua imediata publicação. Já se encontra em fase de estudos a implantação de um novo sistema de computação para o Tribunal, que ficará interligado a uma máquina operadora central, inclusive aos microcomputadores de todos os juízes. Este estudo se orienta, também, para que o acórdão, quando expedido após o julgamento, já tenha seu registro efetivado pelo próprio computador.

A propósito, foi durante a presidência do Dr. Junqueira que o 2º TAC implantou um sistema de microcomputadores para todos os juízes. Gabinetes modernos para os magistrados foram instalados em outro prédio, com muito mais comodidade e extremamente funcionais. Foi extinta a Diretoria de Dattlografia de Acórdãos, desnecessária a partir da informatização. O Tribunal foi inteiramente interligado com fac-símeis. A máquina passou por um processo de "enxugamento", trazendo mais racionalidade e economia. Houve

mudanças no Departamento Médico, Biblioteca e Assessoria Técnica dos Gabinetes. Há estudos para desburocratizar todos os setores do Tribunal, a que se propõe o atual presidente Ruyter Oliva — um administrador, segundo o Dr. José de Mello Junqueira, extremamente capaz, experiente e conhecedor de todos os problemas do 2º TAC.

TM — Para tantas realizações, como o senhor obteve recursos?

R — Nos Tribunais nós estamos presos ao próprio orçamento. Se deficiente, temos que buscar suplementações. Neste ponto contamos com a boa vontade do Poder Executivo, nas pessoas do Governador Quéricia e de seus Secretários Cláudio Alvarenga e Frederico Mazzuchelli. Expusemos nossos propósitos e, felizmente, fomos atendidos.

Para o Dr. José de Mello Junqueira, administrar é um exercício de coragem antes de mais nada.

TM — O senhor considera o juiz um homem fora da realidade?

R — Não, o juiz em São Paulo conhece o seu papel dentro da sociedade. É uma pessoa responsável e mais não faz, porque lhe faltam meios e o serviço é sem-

Sem dúvida, a computação vai agilizar em muito o andamento dos processos judiciais. No ano que passou, o 2º TAC recebeu 25.207 novos processos, dos quais 18.136 relativos à locação de imóveis. No mesmo período, foram distribuídos aos juízes 27.765 feitos, um número bem superior aos processos que deram entrada. Em função do acúmulo de cada ano, 1990 se encerrou com 17.487 ações aguardando distribuição. A média de votos proferidos pelos juízes, aproximadamente 900, excedeu em muito aquela prevista pela própria Lei Orgânica da Magistratura. Essas marcas, que, segundo o Dr. Junqueira, só foram obtidas "graças ao extremo amor com que atuam os juízes", certamente serão alcançadas a partir de agora, sem exigir tantos sacrifícios, graças à computação. Hoje, o 2º TAC tem 53 juízes, sendo 37 Titulares e 16 Auxiliares.

TM — Como o senhor vê o Judiciário Paulista no momento atual?

R — Ao responder a essa pergunta, recorde-me da entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo* pelo juiz José Renato Nalini, quando demons-



A média de 900 votos proferidos pelos Juizes do 2º TAC supera o previsto.

pre crescente, acima de suas forças. O que é necessário é uma modificação radical de nossos procedimentos para que o processo não se desenvolva a passos de tartaruga. A conscientização do juiz é uma tarefa que nunca pode ser relegada; deverá ser uma preocupação de nossa cúpula.

TM — Por que o 2º TAC criou um curso de computação para todos os juízes do Estado?

R — Foi uma forma de levarmos a dinâmica do computador a todos os colegas, até agora carentes desta iniciação. Percebemos que muitos se queixavam da inexistência de conhecimentos sobre como operar um microcomputador, razão porque nos propusemos a auxiliá-los, já que o 2º TAC tinha condições para tanto. Montamos uma sala de aulas, com micros e instrutores e esperamos, com essa medida, ter colaborado com nossos colegas.

trou a importância da nova Escola Paulista de Magistrados. O Judiciário de São Paulo, muito bem conduzido por seu ilustre Presidente, Des. Aniceto Lopes Aliende, está se modernizando, preocupado com a melhoria dos serviços judiciais, de seus servidores e dos próprios juízes. Hoje, é uma certeza a melhoria da qualidade da Justiça e, estou convicto, muito será feito ainda neste ano.

TM — O senhor tem alguma mensagem aos seus colegas paulistas?

R — Minha única mensagem é a de otimismo. O êxito do Judiciário no processo de arguimento de seu perfil institucional reside na conscientização de nossa força e de nosso papel na sociedade. O segredo está na crença de que podemos melhorar. Críticas destrutivas não constróem. A cada um de nós está reservada uma parcela de grandeza do Poder Judiciário.



Curso de computação, grátis, colocado à disposição de todos os Juizes

UM PAULISTA NO COMANDO

A POSSE

Toda a cúpula do Tribunal de Justiça de São Paulo, tendo a frente os Desembargadores Aniceto Lopes Aliende, Odyr José Pinto Porto, Onéi Raphael Pinheiro Oricchio, Renato Torres de Carvalho Filho; o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Des. Aloysio Alvares Cruz; os Presidentes da Associação Paulista de Magistrados, Des. Francis Selwyn Davis e da Associação de Magistrados Brasileiros, Des. Régis Fernandes de Oliveira; os Presidentes dos Tribunais de Alçada; além de grande parte da diretoria das duas Associações e de dezenas de Juizes associados, estiveram presentes à solenidade de posse do novo presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Sydney Sanches, ocorrida no último dia 10, em Brasília.

Na verdade, o jurista Sydney Sanches vinha exercendo interinamente o cargo desde o dia 21 de abril, em substituição ao Ministro Aldir Passarinho, que se aposentou ao completar 70 anos.

A solenidade também estiveram presentes os governadores de São Paulo, Luis Antonio Fleury Filho, e Ceará, Ciro Gomes, além de representantes de governadores dos demais Estados. O presidente Fernando Collor de Mello fez-se representar pelo Ministro Francisco Rezek, das Relações Exteriores.

Ao assumir o cargo, o novo presidente do STF foi saudado pelo Ministro Moreira Alves, quarto paulista a presidir, em 1985, a máxima Corte do Judiciário nacional.

Nascido na cidade paulista de Rincão, o atual Presidente do STF fez o curso de Direito na Universidade de São Paulo, começando a carreira no interior do Estado. Ele foi Diretor da Associação Paulista de Magistrados e Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, tendo sido Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 1980. Quatro anos depois, em 1984, foi nomeado para o STF pelo então Presidente João Figueiredo.

O Ministro Sydney Sanches tem 54 anos e vai ocupar a presidência do STF até 1993, quando será substituído pelo atual vice-presidente, Octávio Gallotti. Ele é



"Caipira" de Rincão, o Min. Sydney Sanches é o 5º paulista a presidir o STF

casado com a senhora Eucides Paro Rodrigues Sanches, a qual, fiel ao dito popular que reza que atrás de todo grande homem existe sempre uma grande mulher, vem acompanhando a carreira do marido desde o interior, sendo não apenas sua grande incentivadora, mas o suporte necessário

para que pudesse empreender a árdua tarefa que culminou com a sua eleição para a Presidência do STF.

Em seu longo discurso de posse, o Ministro Sydney Sanches ressaltou a necessidade de independência do Poder Judiciário, já que, em sua opinião, "não se há

de ver conflito entre Poderes, quando cada um deles exerce o seu papel". Para o novo presidente do STF, "só o espírito ainda não acostumado com o regime verdadeiramente democrático, de legalidade, é que pode vislumbrar conflitos dessa ordem, a todo instante, na realidade brasileira atual. O que há é a plena atuação de cada um dos Poderes, no Estado de Direito".

Em outro ponto de seu discurso, o Ministro Sydney Sanches abordou um tema considerado de importância crucial -- a morosidade da Justiça, para a qual, segundo ele, contribuem inúmeros fatores, sendo um dos principais o número insuficiente de Magistrados espalhados pelo país.

"Quando o número de Magistrados, em todo o país, não passa de 10.000 e as necessidades exigem o décuplo, não se pode esperar que o número existente dê conta do volume de serviço, em tempo aceitável; nem que a Justiça esteja presente, a tempo e a hora, em todo o território nacional, que tem as dimensões de um continente, tanto mais porque os órgãos e serviços auxiliares padecem da mesma insuficiência".

Sempre nesse tom, ele defendeu ainda, em seu discurso, "a garantia de um percentual mínimo de cinco por cento sobre toda a arrecadação da União e dos Estados" para o Poder Judiciário, "que só assim disporá dos meios necessários para se organizar adequadamente e funcionar com a rapidez e eficiência desejáveis".

O Ministro Sydney Sanches também defendeu o fortalecimento da Magistratura e o esboço elaborado pelo STF, do qual foi relator, do ante-projeto do "Estatuto da Magistratura".

O esboço prevê a criação do Conselho Nacional de Administração da Justiça, do Centro Nacional de Estudos Judiciários e de Escolas de Magistratura. Ao Conselho, caberia zelar pela autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário; já as escolas de Magistratura e o Centro de Estudos teriam a função de auxiliar no aprimoramento profissional.



Para facilitar a ida dos magistrados paulistas a Brasília, a Apamagis fretou um Boeing da Varig com 227 lugares, esgotados rapidamente.



Após a cerimônia de posse o Min. Sydney Sanches recebeu os cumprimentos dos amigos. Na foto o abraço do Des. Antonio Carlos Viana Santos.



Dona Eli Sydney, p

Foi u
a Apar
Sanches
dia 18,
na pres
deral. M
ceram à
sempre
infeliz
império
Recei
sidente
Guerrie
sionado
mos det
tro Syd
tremam
que rec
lo.

Entre
presen
dos Mi
Néri da
Rafael
tou o P
Brito, o
Minist
Preside
balho,
Aliende
tiça de
sio Alva
sidentes
Ruiter
Ernesto

Juiz Hen
cartão de

ANDO DO PODER JUDICIÁRIO

A HOMENAGEM

eres, quando ca-
eu papel". Para
F, "só o espírito
om o regime ver-
co, de legalidade,
onflitos dessa or-
realidade brasi-
a plena atuação
s, no Estado de

u discurso, o Mi-
bordou um tema
ncia crucial — a
ara a qual, segun-
eros fatores, sem-
mero insuficien-
dos pelo país.
Magistrados, em
10.000 e as nes-
lo, não se p-
de cistente de conta
tempo aceitável;
resente, a tempo
ritório nacional.
e um continente.
rções e serviços
esma insuficien-

defendeu ainda,
ntia de um per-
por cento sobre
nio e dos Está-
rio, "que só as-
cessários para se
te e funcionar
a desejáveis".
ches também de-
da Magistratura
lo STF, do qual
to do "Estatuto

ão do Conselho
to da Justiça, do
idos Judiciários
ura. Ao Co-
onomia adm-
der Judiciário;
tura e o Centro
ção de auxiliar
ional.



Dona Eliana e o esposo Sergio Rezende, Dr. Claudio Alvarenga, Des. Aniceto L. Aliende e esposa e Min. Sydney, pela ordem.



Da esq. para a dir. Des. Aniceto, Min. Sydney, Des. Onei Raphael e Dr. Claudio A. Mesquita.

Foi uma festa inesquecível o jantar que a Apamagis ofereceu ao Ministro Sydney Sanches, em sua Sede Social, no último dia 18, em regozijo por sua investidura na presidência do Supremo Tribunal Federal. Mais de 400 convidados compareceram à homenagem organizada pelo Desembargador Francis Selwyn Davis que, infelizmente, por motivos absolutamente imperiosos, dela não pôde participar.

Recepcionados pelo Primeiro Vice-Presidente da Apamagis, Juiz Sergio Jacintho Guerrieri Rezende, todos ficaram impressionados com a perfeição com que os mínimos detalhes foram cumpridos. O Ministro Sydney Sanches retornou a Brasília extremamente agradecido com o carinho que recebeu dos magistrados de São Paulo.

Entre tantas figuras ilustres, algumas presenças que pudemos anotar foram as dos Ministros do STF, Paulo Brossard, Néri da Silveira e Celso Borja; Ministro Rafael de Barros Monteiro, que representou o Presidente Washington Bolívar Brito, do Superior Tribunal de Justiça; Ministro Luiz José Guimarães Falcão, Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, Desembargador Aniceto Lopes Aliende, Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo; Desembargador Aloysio Alvares Cruz, Presidente do TRE; Presidentes dos Tribunais de Alçada, Juizes Ruteir Oliva, Oswaldo Caron e Antonio Ernesto de Bitencourt Rodrigues; Presi-

dente do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo, Dr. Frederico Octavio Guimarães Brotero; Secretário do Governo, Dr. Claudio Alvarenga, representando o Governador do Estado; Secretário da Segurança Pública, Dr. Pedro de Campos Filho; Procurador Geral da Justiça, Dr. Araldo Ferraz Dal Pozzo; Secretário dos Negócios Jurídicos da Prefeitura, Professor Dalmo de Abreu Dalari, que representou a Prefeita Luiza Erundina; Juiz Valentim Carrion, representando o Presidente do TRT.

Presenças marcantes foram, também, as dos Desembargadores José Alberto Weiss de Andrade, Diretor da Escola Paulista da Magistratura; Régis Fernandes de Oliveira, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros; George Menezes Gomes e Pedro Alcântara da Silva Leme, Conselheiros da Apamagis. Impossível enumerar a todos, entre dezenas de Desembargadores, Juizes, Promotores de Justiça, Advogados e Delegados de Polícia.

O mestre de cerimônias da noite festiva foi, como sempre impecável, o Juiz, e Conselheiro da Apamagis, Dr. Antonio Mansur. Abrindo a solenidade, falou o 1.º Vice-Presidente, Sérgio Rezende, manifestando "o apreço dos Juizes paulistas pelo companheiro e associado, ora investido no mais alto cargo do Poder Judiciário brasileiro".

Na ocasião também usou da palavra o Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Desembargador Aniceto Lopes Aliende. Na oportunidade, ressaltou as virtudes do Ministro Sydney Sanches e o significado da homenagem que lhe era prestada pela magistratura paulista.

Discurso emocionado

Bastante emocionado, o Ministro Sydney Sanches agradeceu aos presentes os momentos de alegria que lhe estavam sendo proporcionados. Rememorou a sua vida profissional que culminou com a ocupação do mais alto cargo do Poder Judiciário.

Destacou o estímulo e apoio recebidos do Desembargador Valentim Alves da Silva, desde os tempos de menino, quando era fiel, e iniciava, nesse cargo, uma longa e difícil jornada.

Lembrou, também, com carinho, a colaboração incansável da esposa, dona Euclides, sem a qual a jornada não teria tido tamanho êxito.

As agruras de uma carreira tão espinhosa, quanto gratificante, foram lembradas como encorajamento para aqueles que, em determinado momento, possam sentir-se desalentados no prosseguimento de seu trabalho.

Por fim, o Ministro Sydney Sanches exaltou a magistratura paulista, através da qual ascendeu a tão alto posto. Seu discurso

foi vivamente aplaudido pelos presentes.

Por ocasião da homenagem prestada ao Presidente do Supremo, a Associação Paulista de Magistrados ofereceu-lhe um cartão de prata em nome de seus associados. A entrega foi feita pelo Secretário da Apamagis, Juiz Henrique Nelson Calandra. Em nome das esposas dos magistrados, Dona Eliana Cury Rezende, esposa do Dr. Sérgio Rezende, entregou uma estatueta a Dona Euclides Paro Rodrigues Sanches e flores às esposas dos Ministros presentes ao acontecimento.

Empenho da Diretoria

O Presidente Francis Davis não poupou esforços para que os magistrados de São Paulo pudessem participar, não apenas da solenidade de posse do Min. Sydney Sanches em Brasília, como, também, o homenageassem aqui em São Paulo. Contou, para isso, com a decisiva colaboração de toda a sua Diretoria.

Para maior brilho da festividade de posse, e para ensinar o comparecimento da família forense de São Paulo na festa tão grata ao mundo jurídico paulista, a Apamagis, inclusive, fretou um Boeing da Varig, com 227 lugares, desde logo vivamente disputados.

Mais uma vez, o que ficou claramente evidenciado, foi o esforço de alguns pela união de todos.



Na foto o abraço



Juiz Henrique Nelson Calandra entrega ao Min. Sydney Sanches um cartão de prata.



Dona Eliana C. Rezende apresenta Dona Euclides com flores em nome da Apamagis.



Mais de quatrocentos convidados compareceram ao jantar que a Apamagis ofereceu ao Min. Sydney Sanches.

Juizes Criminais discutem alterações do Código Penal

A discriminação do aborto consentido pela gestante; a fusão dos tipos penais de estupro e atentado violento ao pudor; e a inclusão de mais um inciso no artigo 128 do Código Penal foram alguns dos temas discutidos em debate promovido pelo Grupo de Estudos de Juizes Criminais da Capital, no último dia 16, no plenário do Tribunal de Alçada.

O debate, cercado do mais amplo interesse pela sua importância social, girou em torno do projeto apresentado no dia 20 de março passado ao Congresso Nacional, visando adaptar o Código Penal às mudanças previstas pela Constituição Federal de 1988 e, ao mesmo tempo, adequá-lo às reais necessidades da mulher atual.

Ressalte-se, nesse aspecto, o papel profundamente inovador desempenhado pelo Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, na figura



Acima alguns dos Juizes e convidados debatendo as alterações do Código Penal. Abaixo aspecto geral do plenário do T.A.

do seu Presidente, Dr. Antonio Ernesto de Bittencouri Rodrigues, que, não só deu todo apoio para a realização do debate, como também manifestou grande simpatia pela causa da mulher. Esta, aliás, esteve representada pelas professoras Luiza Eluf e Sílvia Pimentel, as quais, juntamente com a professora Ester Kosovisk, apresentaram o projeto, inicialmente no Fórum Nacional dos Conselhos da Condição Feminina; e pela Presidenta do Conselho da Condição Feminina do Estado, Maria Teresa Augusti.



Ao debate estiveram presentes, ainda, o Desembargador Antonio Carlos Viana Santos, os Juizes Sidnei Agostinho Beneti, Gilberto Passos de Freitas, Volney Correa Leite de Moraes, Caetano Lagrasta, o Procurador de Justiça, Antonio Scaranze Fernandes e o advogado Raimundo Pascoal Barbosa, além do Grupo de Estudos de Juizes Criminais da Capital, coordenado pelos Juizes Eduardo Pereira Santos, Fábio Monteiro Gouveia, Francisco José Galvão Bruno e Marco Antonio Marques da Silva. O Juiz Pedro Luiz Ricardo Gagliardi, do TACRIM, que muito contribuiu para a realização do evento, também esteve presente.

O debate foi extremamente proveitoso, contando com ampla participação de todos os presentes. Dele foram extraídas propostas e sugestões que serão encaminhadas ao Congresso Nacional.

Intensas as atividades do Curso de Dinâmica de Grupo

Dando prosseguimento às atividades programadas para este ano, as Coordenadoras do Curso de Dinâmica de Grupo e Atualização Cultural Neyde Paioletti Martins Costa e Marília Martins Motta promoveram um encontro das alunas (esposas e filhas de Juizes e suas convidadas) com a Dra. Albertina Duarte, na Sede Social da rua Dom Diniz. A Dra. Albertina, renomada ginecologista, coordena o Programa de Saúde do Adolescente. Seus livros, relacionados à temática feminina, tem obtido grande êxito.

Por ocasião do encontro, ocorrido no último dia 9, a Dra. Albertina Duarte proferiu uma palestra discorrendo sobre o tema "O prazer de ser mulher", reportando-se particularmente às jovens que buscam, nos dias atuais, o diálogo e a compreensão dos adultos para suas propostas modernas de vida.

Foi um encontro, além de agradável, extremamente proveitoso pelos conhecimentos transmitidos a todas as presentes através dos 20 anos de expe-

riência clínica da Dra. Albertina. Muitas perguntas foram feitas, todas elas respondidas com muita clareza e sabedoria.

A Monarquia no Brasil

No próximo dia 7, às 14hs00, na Sede Social, rua Dom Diniz 29, a prof. Joelza Domingues fará uma palestra às participantes do Curso de Dinâmica de Grupo, discorrendo sobre o Brasil monárquico. Será uma verdadeira viagem através dos tempos, com muitas histórias e fatos pitorescos, que a professora e historiadora Joelza Domingues sabe transmitir como ninguém.

Coroando a palestra, as Coordenadoras do Curso acompanharão as alunas para uma visita monitorada à Fundação Maria Luiza e Osmar Americano. A visita está marcada para o dia 25 de junho às 14 horas, e, encerrado o passeio cultural, um chá de confraternização marcará o final das atividades do Curso neste primeiro semestre.

Tarde Litero-Musical

Em abril último o prof. Paulo Ramos Machado participou



de um encontro com as alunas do Curso de Dinâmica de Grupo, ocasião em que exibiu com extraordinária maestria os seus dotes artísticos. Tamanho foi o sucesso, que no dia 12 de junho, a partir das 14hs00, o prof. Paulo Ramos Machado novamente falará às participantes do Curso, na Sede Social da Apamagis. Desta vez discorrerá sobre o "Impressionismo na Pintura, Literatura e Música". Solistas ao vivo executarão ao piano e flauta doce, numa interação perfeita de sons, palavras e imagens.

O encontro está aberto às associadas e suas convidadas. Não percam!



A palestra da Dra. Albertina entusiasma a plateia constituída não apenas de mães, mas, de filhas também.

Galeria dos ex-Presidentes

Será inaugurada no próximo dia 19, na Galeria dos ex-Presidentes da Associação Paulista de Magistrados, a foto do Desembargador Régis Fernandes de Oliveira. Ele presidiu a Apamagis no biênio 88/90, tendo sido seu Vice-Presidente no biênio 86/88.

O Presidente Francis Davis convida todos os associados para que prestigiem o acontecimento que se dará às 17h30, do dia 19 de junho, no 20º andar do Fórum João Menêdes Júnior, Sede Administrativa da Apamagis.

Delegados Regionais reunidos em S. Paulo

Os Coordenadores Regionais da Apamagis, sob a presidência do 1º Vice-Presidente da Apamagis, Dr. Sergio Jacintho Guerrieri Rezende, estiveram reunidos no último dia 18, no Salão de Convenções do Hilton Hotel.

Inúmeros assuntos de grande interesse da magistratura paulista foram discutidos na ocasião destacando-se entre eles:

1) Projeto de Lei sobre férias, enviado pelo E. Tribunal de Justiça à Assembléia Legislativa. Ficou deliberado que se tentará uma conciliação no sentido de fixar o período de férias forenses para o mês de julho de cada ano, mantido o recesso previsto no referido projeto.

2) Foi também debatido o

Estatuto da Magistratura com enfoque especial para o capítulo referente a contagem de tempo de serviço. Várias sugestões foram apresentadas e, após redação final, serão enviadas à Comissão que cuida do assunto.

3) Em relação ao Imposto de Renda foram transmitidas informações aos Coordenadores para que, posteriormente, fossem repassadas aos associados, o que já deve ter ocorrido.

4) Foi dada ciência aos Coordenadores, que no mês de junho deverá ocorrer o pagamento do resíduo de 9,36%, devidos desde março último.

Vinte e seis Juízes participaram da reunião dos Coordenadores do último dia 18. A próxima deverá ocorrer, na Capital mesmo, nos dias 17 ou 24



A esq., visão geral dos participantes da reunião de Coordenadores. Abaixo Juizes Nelson Calandra, Sergio Rezende e Des. Viana Santos.



de agosto, dependendo de alguns detalhes que estão sendo ultimados. A pauta da próxima reunião incluirá um debate sobre a pena de morte e a revisão constitucional.

Atenção para OS NOVOS convênios!

A Diretoria de Convênios da Apamagis celebrou novos contratos nas áreas de autopeças, pneus e turismo, através dos quais oferece uma série de vantagens a seus associados. Vamos conferir:

Pneus com desconto

A Pneuasa está concedendo um desconto de 25% aos associados da Apamagis interessados na aquisição de pneus novos e recauchutados. O mesmo desconto é concedido na compra de autopeças tais como rodas, baterias e amortecedores, abrangendo também o balanceamento de rodas.

Turismo facilitado

A Marsans Turismo, empresa que atua na área de viagens desde 1910, está oferecendo a nossos associados uma série de serviços, abrangendo fornecimento de passagens aéreas, reservas em hotéis, aluguel de automóveis etc. Isto será feito através da abertura de Conta Corrente Mensal.

Para os casos de passagens aéreas, a forma de pagamento estabelecida pelo Ministério da Aeronáutica é de quinze dias fora a quinze. Para a hospedagem em hotéis, aluguel de automóvel e outros serviços terrestres, o prazo será de 10 dias, após apresentação das respectivas faturas.

A Marsans Turismo também está colocando à disposição de nossos associados assessoria nas áreas de embarques e desembarques, viagens internacionais, excursões nacionais ou internacionais, congressos e eventos especiais.

Serviços bancários

Com a finalidade de facilitar a vida de nossos associados, o Citibank está oferecendo uma maior agilização na prestação de serviços, através da abertura de conta corrente com concessão automática de cheque especial em valor equivalente de até 100% do salário bruto mensal. Além disso, o Citibank dispõe de um cartão exclusivo para depósitos e cartão 24 horas que permite saques e depósitos em toda rede de quiosques instalados em vários pontos do país.

O correntista do Citibank tem ainda a vantagem de efetuar uma série de serviços por telefone, tais como solicitação de entrega de talões de cheque a domicílio; coleta de depósitos a domicílio; atualização de cadastro e endereço; bloqueio de cheques em caso de emergência; solicitação para aplicações e resgates em fundos de curto prazo, renda fixa, ouro, ações e CDBs; consulta de saldos e esclarecimentos sobre extratos.

TV APAMAGIS NO AR



Olha aí o Dr. José Luiz de volta à telinha, gente! Para alegria de todos nós o Dr. Wando Henrique Cardim, arregaçou as mangas de novo e já vai colocar no ar outra vez a TV Apamagis. Ele produz e o Dr. José Luis e a Dra. Maria Beatriz apresentam. No próximo número da TM traremos detalhes do funcionamento da nova TV Apamagis.

MOVIMENTAÇÃO

Dados obtidos junto ao Conselho Superior de Magistratura revelam que, em todo o Estado de São Paulo, neste mês de maio, estão em atividade 1434 juízes, assim divididos: 1170 na Primeira Instância e 264 na Segunda Instância. Desse total, 1332 são homens e 102, mulheres.

Na Primeira Instância, estão julgando 1069 homens e 101 mulheres, e, na Segunda, 263 homens e apenas 1 mulher, a dra. Luzia Galvão Lopes da Silva, atualmente no 2º TAC. Na Segunda Instância, 138 juízes são dos Tribunais de Alçada e 126 são Desembargadores do Tribunal de Justiça.

Em discussão o Quinto Constitucional

O Presidente da Associação Paulista de Magistrados, Des. Francis Selwyn Davis, recebeu ofício datado de 29 de abril de 1991, assinado pelo Presidente em exercício da Associação dos Magistrados Brasileiros, Francisco de Paula Xavier Neto, dando conta da reunião dos presidentes do Primeiro e Segundo Tribunais de Alçada Civil de São Paulo, Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo, dos Tribunais de Alçada Civil e Criminal do Rio de Janeiro, do Tribunal de Alçada de Minas Gerais, do Tribunal de Alçada do Paraná, do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, e das Associações dos Magistrados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

A reunião foi convocada pela Associação dos Magistrados Brasileiros para:

I — Pleitear aos Tribunais de Justiça que preencham os cargos de Desembargador observando a classe de origem, com a preservação dos quatro quintos dos Tribunais de Justiça para juízes de carreira, promovendo-se os integrantes do quinto constitucional dos Tribunais de Alçada nas respectivas vagas.

II — Lutar pela unificação da segunda instância, como forma de solucionar definitivamente o problema institucional, caso inatendido o proposto no item I.

III — Nomear o Desembargador Elvio Schuch Pinto (RS) para elaborar proposta de implementação da unificação a ser apreciada em reunião nacional no dia 9 de maio de 1991, em Brasília, na sede da Associação dos Magistrados Brasileiros.

As resoluções enumeradas acima foram aprovadas por todos os presentes por unanimidade.

CLASSIFICADOS

MOTOR DIESEL — VENDE-SE

Motor Diesel - vende-se Motor estacionário, semi-novo, para irrigação, geração de energia etc. Marca MWM, 13,5 HPs, montado sobre plataforma metálica para reboque em rodovias. Partida elétrica. Apenas 500 mil cruzeiros. Tel. (011) 35-0196 - Cláudio.

MONZA — VENDE-SE Vende-se um Monza

Hatch, ano 83, azul marinho. Tratar com Fernanda, no horário comercial, através do telefone 63-8851, ou Bebeto, telefone 521-3278.

VENDE-SE BUGGY

BUGGY MENON, mecânica 77, modelo 85, duas pessoas. Valor Cr\$ 680.000,00. Contatos com Marcelo, telefone 577-4007.

ENTREVISTA



“Poder Judiciário, símbolo do Estado de Direito”

Ives Gandra

A Diretoria de Relações Públicas da Apamagis inicia neste número uma série de entrevistas com personalidades do cenário jurídico nacional a respeito de sua visão do Direito e do Poder Judiciário no momento atual.

O primeiro trabalho da série focaliza o renomado jurista e professor, Ives Gandra da Silva Martins, entrevistado pelo Diretor de Relações Públicas da Apamagis, Juiz Marco Antonio Marques da Silva.

Formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, o professor Ives Gandra Martins começou a advogar em 1957, e lecionar a partir de 61. Professor Titular de Direito Constitucional e de Direito Econômico na Universidade Mackenzie é autor de inúmeros livros publicados no Brasil e no Exterior. Entre outras honrarias já recebeu o Colar do Mérito Judiciário do Tribunal de Justiça de São Paulo e a Medalha de Ouro do Tribunal de Pernambuco. Tem participado, ao longo dos anos, de congressos pelo mundo inteiro.

Neste depoimento, o Dr. Ives Gandra dá mostras de sua lucidez e inteligência na abordagem de temas tais como Estado de Direito, o papel do Poder Judiciário numa sociedade democrática e a Constituição de 1988.

TM - Como o senhor vê o Estado de Direito na atualidade frente a esses três anos da nova Constituição? E o que o senhor acha da revisão constitucional?

R - Em primeiro lugar, eu estou convencido de que o Poder Judiciário é que tem confirmado o Estado de Direito no Brasil. O que eu vejo é que o papel do Poder Judiciário foi extremamente importante nessa etapa de consolidação. O Brasil passa por uma crise seríssima de natureza política, de natureza social e de natureza econômica, mas não passa por uma crise de natureza jurídica. E não passa por uma crise de natureza jurídica porque o Poder

ta-os; aquele papel que vinha fazendo, e ninguém percebia porque não precisava do Poder Judiciário com mais intensidade, no momento em que preci-

“...A América Latina é prova inequívoca do fracasso do presidencialismo...”

sou, o Poder Judiciário reagiu adequadamente e demonstrou com efetividade que é o único Poder confiável desta República. É por essa razão que eu vejo muito bem o Estado de Direito. Agora, eu entendo que a nossa Constituição tem uma série de aspectos positivos e aspectos negativos. Entre os aspectos positivos eu verifico, por exemplo, na ordem econômica, efetivamente, um projeto liberal. Eu vejo também como uma grande conquista o capítulo “Direito e Garantias Individuais”. Na verdade, hoje se preserva muito mais os direitos do cidadão. Tenho minhas preocupações em relação ao tamanho do Estado. Acho que onde os nossos constituintes falharam foi exatamente em não reduzir o tamanho do Estado prá que a sociedade tivesse um tamanho maior. Sempre que o Estado é grande a sociedade é menor, ela tem que sustentar o Estado. Então ela deixa de ter recursos pra se auto-sustentar e passa a servir o Estado. Eu tenho

a sensação também de que nós fracassamos na escolha do sistema de governo. Todos os países desenvolvidos adotam o sistema parlamentar e os Estados Unidos, na minha opinião, também têm um sistema parlamentar esmaecido, embora com essa mania de parlamentarismo presidencial ou presidencialismo parlamentar. Fora disso, todos os outros sistemas presidencialistas não deram certo. A América Latina é a prova inequívoca do fracasso do presidencialismo; e o Brasil, que praticamente viveu entre democracias precárias e di-

demais a Constituição, com o que dificultaram a sua implementação. E por fim, o que é de mais grave, nós ainda estamos com uma Constituição inaplicável - a maior parte de seus dispositivos, que o Legislativo deveria legislar, ainda não legislou.

TM - Como o senhor analisa essa proposta de antecipação da revisão constitucional? O senhor não acha que seria muito cedo pra uma Constituição que, como o senhor lembrou, ainda não implementou, em sua totalidade, as leis complementares? O senhor não acha que a antecipação seria prejudicial?

R Eu estou convencido que seria. O problema é: como nós vamos fazer a revisão de uma Constituição dependente de leis que ainda não foram efetivadas? Nós só poderemos saber, a partir da promulgação dessas leis e da aplicação dos princípios constitucionais, se elas seriam boas ou não. Nós podemos ter uma ou outra emenda constitucional, por exemplo, o sistema tributário. Eu acho que pode ser objeto de emenda constitucional terminando 93, mais aí precisaria haver um consenso. Mas uma revisão ampla da Constituição, antecipando-a para 92 quando nós sabemos que o Congresso se negou a fazer a legislação necessária para que ela fosse implementada por inteiro, é, na minha opinião, algo inadmissível.

“...Como fazer a revisão de uma Constituição dependente de leis que ainda não foram efetivadas?...”

taduras efetivas. Em cento e poucos anos nós tivemos, livremente eleitos, Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino, Jânio e Collor, o que é muito pouco para um País presidencialista. O parlamentarismo é um sistema que tem mecanismos para enfrentar as crises que o presidencialismo não tem. Então, nossos constituintes fracassaram aí, fracassaram no tamanho do Estado e, de certa forma, procuraram, pormenorizar

“...Graças à inexistência de uma crise jurídica nós conservamos o Estado de Direito...”

Judiciário tem corrigido as violações que têm sido praticadas às instituições nacionais, à Constituição, e é graças à inexistência de uma crise jurídica que nós conservamos o Estado de Direito. Porque o Poder Judiciário sempre fez o que deveria fazer, mas como é um Poder tímido, é um Poder que não se autopromove, é um Poder que só fala nos autos, é um Poder que não busca os órgãos de imprensa, ao contrário, evi-

Monarquia só é boa quando o monarca não manda!

O modelo constitucional que buscou o Brasil para elaborar a sua própria Constituição, promulgada em 1988, até hoje continua sendo objeto de acirradas discussões. Para alguns não apenas a cópia, mas o próprio modelo, já estava ultrapassado durante a fase de elaboração da primeira. Tanto isso é verdadeiro que, antes mesmo da promulgação, já se previa a revisão constitucional dentro de um prazo tão curto que nem haveria tempo de adaptação do País à sua nova Carta Magna. Esse é um dos assuntos que o professor Ives Gandra aborda na segunda parte de sua entrevista ao juiz Marco Antonio Marques da Silva.

Outro tema de constantes debates no parlamento, na imprensa, e nas ruas, é a alteração do regime de governo atual para a monarquia. Parlamentarismo constitucional monárquico ou parlamentarismo republicano?

Historicamente qual a forma de governo que tem se mostrado mais estável? Também esses assuntos são abordados sem rodeios pelo Prof. Gandra.

Finalmente ele emite sua opinião, não apenas em relação a ordem jurídica-constitucional brasileira, mas, com muita franqueza, sobre o Poder Judiciário nacional. Acompanhem o desenrolar da entrevista:

TM — Em se falando de revisão constitucional, como parece ao senhor o fato de que quando a Constituição foi promulgada, em fins de outubro de 88, já se ter fixado o prazo de cinco anos para essa revisão. Isso não lhe parece um pouco estranho?

R — Há um dado que me parece que justificou. Essa Constituição pretendia ter um modelo socialista e a condição de governo socialista que mais impressionava os brasileiros na época era a Constituição portuguesa, feita em 76. Na Constituição portuguesa, eles tinham um prazo de cinco anos para a revisão, que foi feita em 81. Então, nós reproduzimos aquilo que estava na Constituição portuguesa. Mas como nós fizemos em 88, em 81 eles já tinham tirado o caráter socialista da Constituição portuguesa. E nós ainda estamos com o modelo de 76 com a revisão de cinco anos e não pegamos aquilo que tinha sido uma conquista em 81. Então, eu creio que o nosso problema maior está aí. Cinco anos é cópia da Constituição portuguesa, só que de uma Constituição que já tinha sido modificada em 81 e nós continuamos com o modelo de 76.

TM — Falando em regime e sistemas de governo, atualmente há um movimento visando a implantação de um regime monárquico. O que lhe parece isso?

R — Eu quero dizer que não sou monarquista, mas não posso deixar, como estudioso do Direito Constitucional, de reconhecer que, hoje, o parlamentarismo-constitucional monárquico é mais estável do que o parlamentarismo republicano. Então, a minha é uma constatação histórica, sociológica, política, sem que represente qualquer tipo de preferência pessoal. Basta analisar o Japão, a Noruega, a Suécia, a Bélgica, a Holanda, a Inglaterra, a Espanha, a Suécia, é uma coisa impressionante — sempre que morre um rei, a Constituição exige que o Congresso se reúna pra saber se vai proclamar a República ou vai continuar. Como o chefe de Es-

“...O parlamentarismo-constitucional monárquico é mais estável do que o parlamentarismo republicano...”

tado não governa, qual é a razão dessa estabilidade? É que quem governa é o povo através do parlamento e do Gabinete. Com o povo governando através do parlamento e do Gabinete, não é bom que o chefe de Estado saia do povo. Porque com a sua carga de parti-



do, de preferência partidária, ele termina não tendo a isenção que o chefe de Estado deve ter. Então, nós encontramos chefes de Estado que deram certo porque tomaram a atitude monárquica. Os chefes de Estado têm que estar desvinculados dos partidos.

TM — O senhor acha que as instituições teriam realmente condições de se enquadrar no sistema monárquico?

R — Eu tenho a impressão que se for realmente monarquia constitucional, não haverá problema. O que nós não podemos colocar é a monarquia absoluta, a monarquia do monarca pelo poder.

“...Os chefes de Estado têm que estar desvinculados dos partidos...”

Porque, se na monarquia o monarca tiver poder, é um retrocesso. Em nenhum País do mundo se pode conceber o monarca com poder. O monarca tem que ser um defensor do povo como chefe de Estado. E as únicas monarquias que sobreviveram são as constitucionais; monarquias parlamentaristas em que o monarca não manda, o povo é quem manda.

TM — Como o senhor vê o Estado de Direito na ordem jurídico-constitucional brasileira?

R — Eu vejo com muito bons olhos, e acho que vamos passar ainda por uma crise violenta. A desorganização que a equipe econômica anterior deixou ao País diminuiu de tal forma a sociedade, desorganizou de tal forma os meios produtivos, sem diminuir o tamanho do Estado, que qualquer nova equipe — e note que a equipe atual é mais madura

que a anterior — vai levar alguns anos para conseguir a recuperação. Por outro lado, a sensação que eu tenho é que o mundo não vai liberar recursos para o Brasil com muita facilidade, porque enquanto não houver garantias de natureza econômica, eu tenho a impressão que não vamos atrair investimentos. Mas a ideia que eu tenho é que do ponto de vista do Estado de Direito, a tendência é de uma consciência cada vez maior de cidadania. O cidadão sabe que tem direito, vai à Justiça e discute. É isso que extremamente positivo, embora desconfortável para o Poder Judiciário, com o volume de trabalho que já tem hoje. Tenho a impressão que, apesar das turbulências econômicas, sociais, políticas que nós vamos ter, em matéria jurídica nós estamos evoluindo a passos largos.

TM — Pra finalizar, gostaríamos que o senhor emitisse sua opinião sobre o Poder Judiciário.

R — Eu considero o Poder Judiciário o grande Poder da República. Um país que não tem Poder Judiciário independente não é uma democracia. E o Poder Judiciário no Brasil eu considero excep-

“...A tendência é de uma consciência cada vez maior de cidadania...”

cional. E se nós considerarmos o nível intelectual de nossos Poderes, o Judiciário é de tal ordem que é um Poder plenamente confiável. Quer dizer, o Brasil tem um Poder confiável, que é o Poder Judiciário, por sua idoneidade moral. O símbolo do Estado de Direito no Brasil, eu considero, é o Poder Judiciário.

A ágil Justiça de S. Caetano

Inaugurado em agosto de 1977 e ocupando um prédio especialmente projetado para abrigar as atividades judiciais do Município, o Fórum de São Caetano do Sul é daqueles que causam inveja pelas instalações amplas e modernas, que facilitam tanto o trabalho dos funcionários, como o acesso das pessoas que, diariamente e por motivos diversos, procuram pelos serviços da Justiça.

Ao todo são 2 andares, mais o subsolo, espaço suficiente para acomodar todas as instalações. Os cartórios estão bem alojados e todos os Juizes e Promotores têm os seus próprios gabinetes e salas de audiências.

O dr. Osmar Possi, diretor do foro e juiz da 1ª Vara Cível, adverte, contudo, que se houver necessidade de se criar uma nova Vara já ocorrerão dificuldades, pois não há mais espaço disponível. O juiz informa, ainda, que após a criação da 5ª Vara Cível e do Juizado Informal de Conciliação, foi obrigado a transferir o arquivo para o prédio vizinho. "Fizemos isso para adaptar melhor os trabalhos aqui dentro do Foro".

O acervo do arquivo do Foro de São Caetano, segundo o dr. Osmar Possi, é bem grande: "para se ter idéia, só no cartório da 1ª Vara Cível tem cerca de 80 mil processos arquivados".

Com 8 Varas, sendo 5 Cíveis e 3 Criminais — que respondem, respectivamente, pelo Tribunal do Júri, Execuções Criminais e Vara da Infância e da Juventude — o trabalho diário no foro é relativamente rotineiro.

Um paraíso de Comarca

São Caetano do Sul é um município da Grande São Paulo, de apenas 15 quilômetros quadrados, que não tem favelas, é industrializado, e possui uma ótima infra-estrutura, que vai do saneamento básico, com esgoto, asfalto e água encanada ao lazer, com grandes centros comerciais, shoppings e cinemas.

O ensino na região é também de ótima qualidade, com excelentes escolas, tanto municipais como particulares. Na região existem Faculdades de renome como, por exemplo, o Instituto Mauá de Tecnologia e o Instituto Metodista de Ensino Superior, que oferecem inúmeros cursos, entre os quais engenharia, odontologia, jornalismo e psicologia.

Por todos esses fatores, a Comarca de São Caetano do Sul, para o dr. Osmar, é uma localidade tranqüila e sem muitos problemas sociais. "O nível de vida das pessoas aqui é razoavelmente bom. Temos muitas indústrias de porte tais como a General Motors, Basf, Adria, etc., sem falar das menores. Talvez, em função disso, os casos que passam pelo foro, na área cível, seja, relacionados a locações e a questões previdenciárias, em sua maioria".

Com aproximadamente 1.100 processos em andamento em sua Vara, e realizando uma média de 4 a 5 audiências diárias, o dr. Osmar explica que a distribuição anual do Foro está em torno de 1.500 a 2 mil feitos em cada Vara Cível.

Trabalhando no Foro de São Caetano há cerca de 4 anos, e acumulando



Dr. Osmar Possi, diretor do Fórum e juiz da 1ª Vara Criminal de S. Caetano



Dr. Arthur Del Guércio Filho, Coordenador Regional da Apamagis

as funções de diretor há 2 anos, o dr. Osmar admite que existe bastante serviço a fazer: "trabalho de manhã, de tarde e às vezes à noite, mas é um volume de processos que não é exagerado e considero esta Comarca um paraíso para se julicar".

Justiça ágil

Outro juiz que também adora o Município de São Caetano é o dr. Arthur Del Guércio Filho, juiz da 2ª Vara Cível e Coordenador Regional da Apamagis. Ele trabalha na Comarca há seis anos e até comprou um apartamento porque pretende fixar residência definitiva em São Caetano. "Apesar de estarmos num local com muitas indústrias, e há poucos quilômetros de São Paulo, aqui temos muito do ambiente interiorano. É um ótimo Município para se morar".

Em verdade, o dr. Arthur apenas confirma as informações de que a vida na região é tranqüila. Em sua Vara a maioria dos processos civis refere-se a locações em geral. Com 1.370 feitos em andamento, e realizando uma média de 3 audiências por dia, o dr. Arthur está com uma pauta de apenas 40 dias.

Ao todo são 14 funcionários que o auxiliam nos trabalhos da Vara. Apesar de admitir que é difícil avaliar o tempo de tramitação de um processo, pela complexidade de cada um, calcula que em média se tem uma ação sentenciada

entre 3 a 4 meses. "A meu ver, a população de São Caetano, em termos de prestação de serviços judiciais, está muito bem servida. Para isso basta verificar o andamento rápido dos processos em cada uma das Varas".

Novo setor do Judiciário

Com o intuito de agilizar ainda mais o serviço no Foro de São Caetano, proporcionando decisões mais rápidas em questões que envolvem litígios de menor repercussão econômica, foi instalado, no final de abril, o Juizado Informal de Conciliação, que será seguido, dentro de alguns meses, pelo Juizado Especial de Pequenas Causas.

Agora aquelas pessoas que se sentem lesadas e não procuram o Poder Judiciário porque acreditam que não "vale a pena", já têm condições de lutar por seus direitos de uma maneira simples e ágil. Apenas dois ou três dias após o registro da queixa, as partes são chamadas e se tenta um acordo.

O dr. Osmar, que é o Coordenador do Juizado, informa que todos os juizes do Foro de São Caetano estão participando desse trabalho, num sistema de revezamento das audiências porque, segundo suas previsões, a média de reclamações diárias girará entre 15 e 20. Até o horário de atendimento foi ampliado, permitindo ao público o registro de suas queixas das 13h às 21h.

Caso Talita

Apesar de São Caetano ser considerado um Município pacato e tranqüilo para se viver, lá já foram registrados casos violentos e que sensibilizaram a população de todo o País. Um em particular, ocorrido há cerca de 6 anos, e que tramitou pela 2ª Vara Criminal da Comarca, é comentado até hoje, inclusive por pessoas que nem mesmo moram na região. É o caso da garotinha Talita, que foi baleada, juntamente com sua mãe, durante um assalto a uma agência do Banco Itaú.

Mas o dr. José Luiz Toloza Oliveira Costa, presidente do Tribunal do Júri e Titular da 1ª Vara Criminal, garante que casos como esse são raros na Comarca. "Uma das muitas peculiaridades jurídicas aqui de São Caetano — ressalta — é justamente o baixo índice de criminalidade, isso porque o nível cultural, econômico e social dos moradores é muito bom".

Segundo o dr. Toloza, 99% dos crimes patrimoniais, que são os de maior incidência na região, são praticados por elementos vindos de outras localidades. "Geralmente são moradores dos arredores da Comarca".

Trabalhando em São Caetano há, aproximadamente, 8 anos, o dr. Toloza tem sob sua responsabilidade cerca de 300 processos criminais em andamento e 300 inquéritos, além de 400 cartas precatórias. Isso significa que tem de ouvir uma média de 25 pessoas durante as 5 ou 6 audiências que realiza diariamente.

Juiz, também, do Tribunal do Júri, o dr. Toloza explica que nos meses pares o corpo de jurados se reúne e chega a julgar 2 ou 3 crimes. Segundo o sr. Lázaro de Souza Filho — escrivão-diretor do cartório do Júri — nessas ocasiões, mesmo quando se trata de um julgamento comum, o plenário costuma ficar repleto de pessoas, principalmente estudantes da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, que têm a oportunidade de observar como os preceitos jurídicos, que só conhecem na teoria, efetivamente são colocados em prática.

Juízes de São Caetano

- 1ª Vara Cível — Dr. Osmar Possi (Diretor do Fórum)
- 2ª Vara Cível — Dr. Arthur Del Guércio Filho
- 3ª Vara Cível — Dr. Jayme Gomes Franco
- 4ª Vara Cível — Dr. Adalberto Montes
- 5ª Vara Cível — Dr. Fernando Sérgio Prado Pereira

- 1ª Vara Criminal e Tribunal do Júri — Dr. José Luiz Toloza Oliveira Costa
- 2ª Vara Criminal e Execuções Criminais — Dr. Alberto de Amorim Michelli
- 3ª Vara Criminal e Vara da Infância e da Juventude — Dr. Sérgio Godoy Rodrigues de Aguiar.

Magistrados na Holanda

Realizou-se em Haia, Holanda, no período de 22 de abril a 03 de maio último, a Segunda Reunião da Comissão Especial sobre a Adoção Internacional, patrocinada pela Conferência de Haia de Direito Internacional Privado.

Participaram do evento delegações de cinquenta e três países, seis representantes de organizações intergovernamentais e nove representantes de organizações não-governamentais.

A delegação brasileira estava integrada pelos Magistrados paulistas Regis Fernandes de Oliveira, Antonio Augusto Guimarães de Souza e Osvaldo Palotti Júnior, especialmente designada pelo Ministério das Relações Exteriores.

A Conferência de Haia de Direito Internacional Privado é uma Organização intergovernamental que tem por finalidade trabalhar para a unificação progressiva das regras de Direito Inter-

nacional Privado. A primeira sessão da Conferência reuniu-se em 1893.

O centenário da Organização será comemorado com a 17ª sessão, em 1993, quando deverá ser assinada a Convenção sobre Adoção Internacional ora em preparo. A finalidade da Convenção é triplice: assegurar o controle das adoções internacionais, para que ocorram no interesse superior dos menores; estabelecer um sistema de cooperação entre os Estados contratantes; e assegurar o reconhecimento internacional das adoções realizadas conforme os termos da Convenção.

A presença da delegação brasileira foi muito aplaudida pelos demais países, que reclamavam da não participação do Brasil na primeira reunião ocorrida em abril de 1990. Sendo um dos maiores "países de origem" de crianças adotadas no Exterior, não poderia mesmo manter-se ausente de tão importante acontecimento.



Participantes da reunião de Haia que discutiram a Adoção Internacional.

Está prevista para o próximo ano a terceira reunião da Comissão Especial, com vistas à conclusão do texto da Convenção. Já foi elaborado um esboço preliminar, amplamente discutido por todos os participantes da segunda reunião, tanto em plenário como nas várias comissões formadas.

O trabalho da delegação brasileira

continua, visando principalmente sensibilizar o Ministério das Relações Exteriores para que promova o retorno do Brasil como membro da Conferência de Haia de Direito Internacional Privado, da qual afastou-se há mais de vinte anos, e continue participando da Comissão Especial que prepara a Convenção sobre Adoção Internacional.

Juízes de Campinas discutem pena de morte

Treze juízes da Comarca de Campinas estiveram reunidos no dia 11 de abril, discutindo um dos temas mais polémicos da atualidade e que vem despertando crescente interesse da opinião pública: a pena de morte.

Ao final do encontro, os juízes presentes elaboraram um documento denominado "Carta de Campinas", cujo teor é o seguinte:

"Aos onze dias do mês de abril do ano de 1991, os Magistrados que a esta subscrevem, reunidos em dependências do Fórum da Comarca de Campinas, deliberaram que se lavrasse a presente, constando aquilo que adiante se segue.

Considerando-se a discussão adiantada, em diversos segmentos da sociedade, acerca da conveniência ou não da implantação da pena de morte em nosso país, momento no Congresso Nacional, entendem os Srs. Juízes de Direito abaixo nomeados instar a Associação Paulista de Magistrados a se posicionar diante de tal questão, de inegável e profundo interesse a todos os segmentos sociais, precipuamente a Justiça. Pleiteiam assim tais Magistrados venha

a sua Associação a promover abrangente consulta entre seus associados, e que o resultado desta seja de conhecimento de toda a sociedade, que se verá informada das posições deste importante segmento dela.

Deliberam ainda os mesmos Magistrados consignarem desde logo que entendem incabível a aplicação de tal pena, por princípios técnicos e filosóficos, crendo não ser a mesma adequada solução para os sérios problemas relativos à segurança que afetam o País.

De tal, deliberam que se dê ciência ao Exmo. Sr. Presidente da APAMAGIS, e aos Exmos. Srs. Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal."

Assinam o documento os juízes Edson Aparecido Brandão; Dionísio Barbosa; Paulo Magalhães da Costa Coelho; Antônio Mário de Castro Figliolia; Meibel Farah; Ricardo Sevalho Gonçalves; Luiz Arlindo Feriani; José Palmácio Saraiva; Júlio Ormazy Barbin; Ernani Dantas Coutinho; Carlos Eduardo Donegá Morandini; João Carlos Sá Moreira de Oliveira; Dimas Borelli Thomaz Júnior.

2º Tribunal inaugura seu gabinete dentário

Com as presenças do Desembargador Francis Davis, Presidente da Apamagis, e do antigo e do atual Presidente do 2º Tribunal de Alçada Civil, respectivamente Dr. José de Mello Junqueira e Dr. Rui-ter Oliva, além de grande número de juízes e funcionários, foi inaugurado no último dia 8 o gabinete dentário do 2º TAC.

Há algum tempo o Tribunal, que já possuía o equipamento mas não tinha espaço para a sua instalação, cedeu-o, em comodato, à Apamagis. Na gestão do Dr. Junqueira à frente do 2º TAC finalmente foi construído o consultório e um equipamento moderníssimo foi entregue pelo Des. Davis em substituição àquele que havia sido emprestado para a Apamagis.

Desde 1984 já funcionava no 1º andar do Edifício João Mendes Júnior o ambulatório médico do 2º Tribunal, atendendo de 2ª a 6ª no horário das 8 às 19 horas

para juízes e funcionários. Anexo a esse ambulatório agora está funcionando, também, o gabinete dentário. O horário é de 2ª a 5ª das 8 às 13 e das 14 às 19 horas. Inicialmente o atendimento será feito por duas cirurgiãs-dentistas, Dra. Angela Paoletti Moura e Dra. Maria Silvia Cursino de Moura. 691 funcionários do 2º TAC e os seus 53 juízes (37 Titulares e 16 Auxiliares) vão se beneficiar desse novo serviço.

Falando aos presentes, durante a inauguração, o Des. Francis Davis destacou a importância da conquista, especialmente para os funcionários. "Num momento como este — salientou — em que os funcionários do Poder Judiciário vivem uma dura condição salarial, cumprimento àqueles que tornaram este serviço uma realidade possibilitando, igualmente, a juízes e funcionários, a obtenção de um tratamento especializado hoje sabidamente caro".



O equipo do 2º Tribunal é um dos mais modernos no tratamento odontológico

Preparativos para Congresso Internacional de Magistrados

O Desembargador Francis Selwyn Davis, Presidente da Associação Paulista de Magistrados, esteve recentemente em Roma, sede da União Internacional da Magistratura — da qual é Vice-Presidente — para participar de várias reuniões com o objetivo de deliberar sobre diversas questões relativas à área de atuação da entidade.

A UIM, como se sabe, tem como principal finalidade a salvaguarda da independência e da posição moral do Poder Judiciário em todo o mundo. Dentro desse contexto, e como Vice-Presidente da entidade, a presença do Desembar-

gador Francis Selwyn Davis era imprescindível, no momento mesmo em que a UIM — que hoje congrega a Magistratura de mais de meia centena de países — elabora os preparativos para o Congresso Internacional que deverá acontecer em setembro, em local ainda não definido.

Esse congresso, da mais alta importância pelo que simboliza em termos de representatividade de classe, deverá atrair a atenção de Magistrados de todo o mundo, principalmente daqueles preocupados em manterem-se atualizados com o que de mais importante está acontecendo em sua área de atuação.

O chá das quartas, reunindo velhos amigos

O espírito de união e solidariedade que sempre foi uma característica dos magistrados paulistas não morreu — ao contrário, está cada vez mais vivo e vem se fortalecendo ao longo dos anos. Esses laços de coleguismo têm uma longa data, coincidindo com a própria história da Associação Paulista de Magistrados.

No início dos anos 50, um juiz morreu e a família não tinha dinheiro para enterrá-lo. Então, um grupo de juizes bancou todas as despesas, dando idéia da criação de uma entidade que prestasse assistência aos magistrados. Assim nasceu a Sociedade Beneficente de Magistrados, que ao longo dos anos mudaria de nome até transformar-se na atual Associação Paulista de Magistrados.

Quem conta essa história é o Desembargador Manoel Thomaz Carvalho que além de tê-la protagonizado como um dos membros do grupo que se solidarizou naquele episódio de há tantos anos, tornou-se o primeiro Presidente da Associação, mandato que exerceu de 1953 a 1956.

A primeira reunião de juizes que culminou na fundação da Sociedade Beneficente de Magistrados do Estado de São Paulo aconteceu na sala da Segunda Vara das Famílias e Sucessões, no dia 19 de fevereiro de 1953, e dela participaram dezesseis juizes.

O artigo primeiro do estatuto da Sociedade Beneficente de Magistrados dizia o seguinte: "o objetivo da Associação é exclusivamente beneficente, visando proporcionar assistência moral e material aos seus sócios. Sua duração é indefinida e sua sede na cidade de São Paulo."

Foram criados 17 artigos, sendo que o último deles considera fundadores os sócios presentes à reunião de constituição da Sociedade, e todos aqueles que viessem a assinar a ata de apro-



Acima, a esq. Des. Manoel Thomaz Carvalho, fundador e primeiro Pres. da Apamagis. Acima (dir.) Des. Valentim Alves da Silva. Abaixo ambos reunidos com os Drs. Morbach e Bolívar Navarro.



vação de seus estatutos, até o último dia daquele fevereiro de 1953. Na mesma reunião foi eleita a primeira diretoria da Sociedade, que por aclamação ficou assim constituída: Presidente — Manoel Thomaz Carvalho; Vice-Presidente — Ulisses Doria; Secretário — Pedro Barbosa Pereira; Tesoureiro — Ariundo Pereira Lima.

Outros 13 juizes, não presentes, no decorrer do mês assinaram a ata da reunião que deu origem à Sociedade Beneficente de Magistrados do

Estado de São Paulo — mais tarde, Associação Paulista de Magistrados.

“Aqui se conversa de tudo, menos de Direito”

Aposentado há 22 anos, o Desembargador Carvalho ilustra com perfeição esse espírito de união, fraternidade e coleguismo que prevalece entre os magistrados paulistas.

Tanto é assim que o Desembargador Carvalho e seus velhos companheiros

de magistratura conservam um hábito de alguns anos — eles se reúnem, todas as quartas-feiras, numa dependência da Associação Paulista de Magistrados, "para matar saudades dos amigos, jogar conversa fora e até falar mal do governo, porque a aposentadoria nos libertou dessa restrição".

"Aqui se conversa de tudo, menos de Direito" — conta, sorridente, o Desembargador Valentim Alves da Silva, outro ativo participante da reunião das quartas-feiras, cujo perfil é praticamente o mesmo dos demais. Ele ingressou na Magistratura em 1947 e em 1979 estava no Tribunal de Justiça, tendo se aposentado em 1984, após 37 anos de atividade.

O Des. Alves da Silva é daquela geração de juizes que comeu muita poeira por esse interior afora, mas que sempre se sentiu recompensado por administrar a Justiça em rincões onde, se ela existia, era praticamente ignorada.

"O grupo era bem mais numeroso, mas você sabe, com o passar do tempo, inexorável, foi-se reduzindo", lamenta agora o Des. Carvalho.

No entanto, isso só contribuiu para solidificar os laços que unem os membros remanescentes. Todos são unânimes em afirmar que a quarta-feira não teria o mesmo sabor sem o encontro semanal do qual participam fiel e incondicionalmente, além dos Desembargadores Manoel Thomaz Carvalho e Valentim Alves da Silva, os Des. Acácio Rebouças, Tácito Morbach de Góes Nobre e o juiz Bolívar Ferraz Navarro.

E é dentro desse espírito, em que prevalecem a fraternidade e a confraternização entre velhos companheiros com muita experiência a compartilhar, que as reuniões das quartas-feiras se desenrolam. Se depender de seus participantes, esse hábito, ou melhor, essa instituição sacralizada — a reunião das quartas-feiras — será mantida durante muitos anos.

TRIBUNA DA
Magistratura

ORGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS
FÓRUM JOÃO MENDES 20º ANDAR - SALA 2029 - CEP 01501
SÃO PAULO - SP - TEL.: (011) 35-0196
ANO IV — N.º 24 — MAIO DE 1991

PORTE PAGO
ECT - DR/SP
ISR - 40-3500/88

IMPRESSO

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
D.R./SP
ISR 401965/89